

## RESENHA

# UM PIRILAMPO NO PORÃO: UM POUCO DE LUZ NOS DILEMAS DA PRODUTIVIDADE DAS PEQUENAS EMPRESAS E DA INFORMALIDADE NO BRASIL

Mauro Oddo Nogueira, Colaboração: Graziela Ferrero Zucoloto

Recebida em 08/2018

Aprovada em 11/2018

No livro *Um Pirilampo No Porão: Um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil*, de Mauro Oddo Nogueira com colaboração de Graziela Ferrero Zucoloto, os autores convidam o leitor a adentrar em um universo ainda obscuro da economia, o universo das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), propondo-se a acender uma pequena luz, comparada à luz de um pirilampo, a fim de permitir um vislumbre da realidade do segmento. Nessa exitosa tentativa, os autores discorrem acerca das especificidades do segmento, trazendo à pauta questões ainda pouco abordadas e introduzindo um debate ainda maior acerca das MPMEs, da informalidade e da “semiformalidade”, conforme salientam no último capítulo do livro.

O trabalho está dividido em oito capítulos, ao longo dos quais propõem-se a tentar entender, ainda que de uma forma inicial, a realidade das MPMEs, bem como da informalidade – com a proposição da categoria “semiformalidade” – no Brasil. Para isso, são analisados conceitos, dados e políticas públicas, além de outras questões inerentes ao segmento.

O capítulo introdutório do livro destaca o crescente debate acerca das MPMEs no mundo e as mudanças ocorridas no segmento ao longo da última década. Avanços são evidenciados pelo aumento no número de políticas públicas e pela melhora no desempenho dos indicadores

**LARISSA DE SOUZA  
PEREIRA**

Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

analisados das firmas de pequeno porte. Contudo, as políticas adotadas ainda não deram conta de solucionar de forma efetiva os problemas do segmento, agravados pela elevada informalidade/semiformalidade.

Tendo como base os pressupostos de que a produtividade média do trabalho no Brasil é inferior à registrada nos países centrais e de que as significativas disparidades dessa produtividade entre setores e intrasetores permanecem elevadas com o passar dos anos, observa-se que a atual condição do país se enquadra no conceito cepalino de heterogeneidade estrutural. Valendo-se dessa asseveração, o segundo capítulo expõe uma análise do desempenho da produtividade sistêmica e da parcela das micro e pequenas empresas na sua configuração. Neste capítulo, observou-se que o segmento responsável pela baixa produtividade média da economia é, essencialmente, o das empresas de pequeno porte. Dada sua importância para a economia brasileira em número de empregos e empresas, isso produz diversos efeitos perversos, especialmente a desigualdade social. Sendo assim, políticas públicas de baixa complexidade e baixos custos poderiam ser desenvolvidas a fim de elevar a produtividade deste segmento, impactando a produtividade sistêmica da economia como um todo.

O terceiro capítulo traz um mapeamento das políticas públicas federais brasileiras voltadas para as MPMEs. O capítulo apresenta: a) os mais importantes instrumentos legais e regulatórios, com foco nas empresas de pequeno porte; b) o arcabouço institucional voltado para as MPMEs; c) os planos e políticas de governo, com destaque para inserção e tratamento oferecidos a essas firmas; e, d) os programas e as ações exclusivas para promover o segmento. O livro identifica a existência de um sem-número de dispositivos legais, institucionais e de políticas voltados para as empresas de pequeno porte. Contudo, observa uma visível carência de coordenação entre tais instrumentos e entre os órgãos responsáveis, o que acaba resultando em sua baixa efetividade.

O capítulo seguinte demonstra a heterogeneidade que configura o universo das “MPMEs”, o que impede que estas sejam abordadas como uma “categoria única”. Propõe, então, que se desenvolva um sistema de classificação capaz de dar conta dessa realidade e, para tanto, sugere um modelo de representação fundamentado nos “níveis de maturidade organizacional” das MPMEs, associando práticas de gestão e outros atributos gerais das empresas. Este modelo permitiria o desenvolvimento de políticas públicas mais compatíveis com as necessidades particulares – e significativamente diferenciadas – de cada empresa. No capítulo discute-se, também,

o fato de que os previstos transbordamentos schumpeterianos dos processos inovativos presumem um ambiente econômico capaz de absorver e difundir efetivamente essas inovações. Contudo, a precariedade dos processos produtivos e gerenciais da maioria das firmas de pequeno porte no Brasil se configura como um relevante entrave para tais transbordamentos. Assim sendo, é necessário que sejam formuladas políticas eficientes na produção de impactos sistêmicos nesse segmento, particularmente em seus processos produtivos e de gestão, privilegiando a modernização ou, em outras palavras, as inovações de processo.

A caracterização da informalidade e da semiformalidade e a apresentação de alguns dados sobre essas realidades são o objeto do quinto capítulo. Nele, os autores definem a semiformalidade como sendo constituída por contextos nos quais operam, de forma estruturada e complementar, atividades formais e informais. É composta tanto por empresas formais que executam parte de suas operações no âmbito da informalidade, quanto por atividades informais que gozam de algum nível de formalidade em suas operações. A primeira evidência empírica do estudo é que – conforme esperado – há uma enorme precariedade nos dados disponíveis sobre a economia informal. A segunda constatação é que, a despeito da enorme discrepância das estimativas existentes do tamanho desse segmento no Brasil, todas elas apresentam

valores bastante expressivos, variando entre 19,4% e 36,6% do PIB em 2007.

Os dados demonstram, ainda, que a informalidade se concentra nas atividades de produtividade mais baixa. O que acarreta diversos problemas para os integrantes deste segmento, uma vez que estes ganham menos, possuem menor escolaridade e proteção social que os integrantes de estratos mais produtivos, e são parte dos grupos mais vulneráveis de sociedade (INFANTE, 2015). Além disso, apesar da participação das atividades informais no conjunto da economia ter diminuído nos últimos anos, seu volume ainda vem crescendo em números absolutos. Observa-se também que os processos incentivados de formalização só têm gerado benefícios àquelas com maior produtividade, uma vez que estudos demonstram que formalização não tem implicado alocação eficiente nem maior produtividade.

O capítulo seis vai além da análise econômica, identificando trajetórias extraeconômicas (sociais, culturais e simbólicas) capazes de contribuir para uma percepção mais ampla da construção da informalidade e da semiformalidade na economia brasileira. São identificadas três trajetórias. A primeira é a histórica, na qual a informalidade urbana surge como “herdeira” da economia de interstícios do período colonial. A segunda é a trajetória institucional, na qual, também em perspectiva histórica, uma

herança mercantilista evidencia a existência de uma “aversão” do cidadão comum em relação ao Estado. Por fim, apresenta a trajetória da construção simbólica, em que a informalidade e, principalmente, a semiformalidade, têm como instrumento central o “jeitinho” como o elemento articulador, fenômeno brasileiro no qual uma economia moderna e de princípios igualitários articula-se e integra-se em uma cultura de raízes tradicionalistas e hierárquicas. O trabalho explicita, assim, a importância de se aproximar Estado e sociedade, ultrapassando a divisão entre formal e informal.

Visando uma melhor compreensão do papel do porte das firmas na geração e difusão de inovações, o sétimo capítulo examina, a partir de dados da Pintec, o perfil inovativo das empresas industriais no Brasil segundo o seu porte. São abordadas as principais características e diferenças no desempenho inovador das firmas por porte e como especificidades setoriais impactam estes grupos de empresas de formas distintas. Observa-se que, entre as firmas de grande porte, o percentual de empresas que inovam é maior do que nas de pequeno. Todavia, fica evidente que as empresas de pequeno porte, além de realizarem maior esforço inovativo (gastos em inovação em relação à receita líquida de vendas) – o que fora anteriormente evidenciado por Botelho, Maia e Pires (2012) para os anos de 2005 e 2008, centrado principalmente em melhoria de processos –, são aquelas que, em números

absolutos, mais inovam na indústria brasileira, representando 75% do total de empresas inovadoras. Assim sendo, o trabalho questiona se, uma vez que as empresas de grande porte já têm maior propensão a inovar, não seriam as menores que deveriam receber a maior parte dos incentivos públicos a fim de desenvolver a economia como um todo.

O oitavo capítulo propõe um debate em torno das MPMEs dimensionalmente proporcional ao seu papel na economia. Reafirma-se a necessidade de um “projeto nacional” que tenha este segmento como objeto estratégico, de políticas que considerem suas particularidades e as de seus subgrupos e de inovações nos processos produtivos e de gestão das firmas. Apresenta, ainda, um leque de questões suscitadas pelo que foi apresentado no livro e que mereceriam ser objeto de estudos de aprofundamento.

Em suma, o livro não esgota as questões inerentes ao tema, e não tem a intenção de fazê-lo, não tendo como objetivo apresentar uma conclusão, mas sim estimular o debate em torno da MPMEs, de sua realidade, características e necessidades, de seu papel na economia brasileira e das articulações existentes entre o formal, o semiformal e o informal nessa economia. Dessa forma, seria possível criar as bases para que as políticas públicas sejam capazes de produzir

um aumento da produtividade da economia como um todo e, conseqüentemente, contribuir para a superação das desigualdades socioeconômicas que caracterizam o país.

### **Referências Bibliográficas**

BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo; MAIA, Adriano Filipe da Silva & PIRES, Luciano Augusto Vega. “Inovação e porte das empresas: evidências sobre a experiência internacional e brasileira.”, *Revista de Economia*. Curitiba: Editora UFPR, Ano 36, v. 38, n. 1. pp. 189-210, 2012.

INFANTE, Ricardo. “Brasil no umbral do desenvolvimento. Um exercício de convergência produtiva.” *In*: INFANTE, Ricardo; MUSSI, Carlos & NOGUEIRA, Mauro Oddo (ed.). *Por um desenvolvimento inclusivo: o caso do Brasil*. Santiago: Cepal; Brasília: OIT; Ipea, 2015, pp. 301-341.